

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

**A PERCEPÇÃO DE CONTRIBUINTES BRASILEIROS SOBRE A TRIBUTAÇÃO
NO BRASIL: UMA ANÁLISE QUALITATIVA**

Renata Vieira de Carvalho

Mariana

2024

RENATA VIEIRA DE CARVALHO

**A PERCEPÇÃO DE CONTRIBUINTES BRASILEIROS SOBRE A TRIBUTAÇÃO
NO BRASIL: UMA ANÁLISE QUALITATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção de título de bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Viana de Moura

Mariana

2024

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

C331p Carvalho, Renata Vieira De.

A percepção de contribuintes brasileiros sobre a tributação no Brasil
[manuscrito]: uma análise qualitativa. / Renata Vieira De Carvalho. -
2024.

28 f.: il.: tab..

Orientador: Prof. Dr. Fábio Viana de Moura.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Administração .

1. Contribuintes (Direito tributário). 2. Responsabilidade tributária. 3.
Tributos - Brasil. I. Moura, Fábio Viana de. II. Universidade Federal de
Ouro Preto. III. Título.

CDU 336.22

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Renata Vieira de Carvalho

A percepção de contribuintes brasileiros sobre a tributação no Brasil: uma análise qualitativa

Monografia apresentada ao Curso de Administração da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Administração

Aprovada em 26 de Fevereiro de 2024

Membros da banca

Prof. Dr. Fábio Viana de Moura- Orientador(a) (Universidade Federal de Ouro Preto)
Profa. Dra. Ana Flávia Rezende - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Profa. Dra. Héli da Mara Gomes Norato - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Prof. Dr. Fábio Viana de Moura, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 26/02/2024



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Viana de Moura, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 26/02/2024, às 17:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0673854** e o código CRC **A437D2D4**.

AGRADECIMENTO

Expresso primeiramente minha gratidão a Deus, por proporcionar a oportunidade de ingressar no curso de Administração, realizando um dos meus sonhos, e chegar até aqui!

Aos meus pais, Erenita e Renato, por todo o apoio e cuidado ao longo deste ciclo! O incentivo de vocês foi indispensável para esta conquista! Aos meus avós, Maria Antunes de Carvalho (em memória), José Nascimento de Carvalho (em memória), Nicodemos José Vieira, Luzia de Carvalho Vieira e demais familiares, tios e primos (em especial Tatiana e Shirley, minhas irmãs de coração). Ainda hoje somos poucos na família que tivemos a oportunidade de ingressar e cursar ensino superior! Dedico a conquista a vocês!

Sou grata aos amigos que fiz na jornada UFOP, especialmente a Carla, Flávia, Michelle e Tamires; minhas eternas ‘top adm’.

Agradeço imensamente ao meu orientador, Prof. Dr. Fábio Viana de Moura, por todos os ensinamentos, apoio, confiança depositada e orientação leve e cuidadosa. Sem sua ajuda não teria sido possível! Obrigada por tudo!

A todos os professores que tive a excelente oportunidade de aprender. Destaco aqui o Harisson, Raoni, Ana Flávia, Flávia, Fernanda, Diego, Débora, Bárbara e Maguinho. Vocês foram mais que maravilhosos inclusive sinto falta das aulas, encontros, seminários e trabalhos (quem me conhece sabe que é verdade!).

Meus amigos por entenderem minha ausência nos momentos que foram necessários! Também as empresas que trabalhei durante este período, bem como amigos de profissão, por contribuírem com conhecimento técnico aplicado da área.

Por fim, sou grata à UFOP pelas experiências enriquecedoras que tive na Universidade e aos professores e demais servidores que, de alguma forma, me inspiraram a apreciar o curso de administração.

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a percepção dos tributos no Brasil pelos contribuintes brasileiros. Como método de coleta de dados, optou-se pelas entrevistas semiestruturadas. Os sujeitos da pesquisa foram onze entrevistados, que se dispuseram a contribuir de forma liberal com a pesquisa. Analisando os resultados obtidos, verificou-se a que, em sua maioria, os contribuintes entendem o conceito do tributo. Ademais a busca pelo entendimento das legislações tributárias se dá pela necessidade profissional ou de trabalho, sendo uma alternativa para melhorar este conhecimento a inserção do ensino tributário nas escolas. Também se constatou que os participantes da pesquisa se sentem inseguros com relação ao sistema de arrecadação e aplicação dos tributos, trazendo sempre questões de corrupção nas justificativas. Finalmente, verificou-se que, de acordo com os entrevistados, mesmo com toda insegurança já apresentada entendem como primordial o recolhimento para bom funcionamento da máquina pública.

Palavras-chave: tributos no Brasil, percepção dos contribuintes.

ABSTRACT

The objective of this investigation is to analyze the perception of two taxes in Brazil by Brazilian taxpayers. As a tailgating method, we chose semi-structured interviews. The research subjects were eleven interviewees, who were willing to contribute liberally to the research. When analyzing the results obtained, we found that, for the most part, taxpayers understand the tax concept. Furthermore, the search for understanding tax legislation is due to professional or work needs, being an alternative to improving this knowledge by inserting tax education in schools. It was also found that the participants in the investigation felt insecure about the tax collection and application system, always looking for corruption in the justifications. Finally, I verified that, according to those interviewed, in addition to any insecurity already presented, we understand it as essential or necessary for the functioning of the public machine.

Keywords: taxes in Brazil, taxpayers' perception.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 REFERENCIAL TEÓRICO	6
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS	9
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	12
4.1 Caracterização da amostra.....	12
4.2 Análise dos resultados.....	12
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS	27

1 INTRODUÇÃO

Considerado uma forma de exploração do contribuinte, especialmente no contexto brasileiro, caracterizado por elevadas cargas tributárias que impactam tanto pessoas físicas quanto jurídicas, os tributos desempenham um papel essencial na sustentação das atividades estatais. Eles assumem a responsabilidade de financiar a contrapartida do Poder Público em face das necessidades da sociedade.

No âmbito jurídico contemporâneo, os tributos são reconhecidos como instrumentos de justiça social, materializando as políticas públicas. Em virtude dessa perspectiva, é imperativo abordá-los como uma temática reflexiva, estabelecendo conexões com outras disciplinas das ciências sociais.

Conforme apontado por Klaus Tipke (2002, p.15), “o ato de quitar tributos representa uma condição necessária para o cumprimento das atividades estatais, as quais são desempenhadas em prol do interesse coletivo”. Nessa perspectiva, o pagamento de tributos implica no financiamento do aparato estatal, com a expectativa de que o Estado forneça uma contraprestação mínima aos contribuintes, justificando, assim, a arrecadação, muitas vezes percebida como excessiva.

Mesmo com críticas dirigidas ao sistema tributário nacional, é essencial compreender o comportamento dos contribuintes perante o sistema tributário brasileiro. As próximas análises se dedicarão a explorar esse aspecto fundamental.

Diante do exposto, o objetivo deste estudo é analisar a percepção de contribuintes brasileiros sobre a tributação no Brasil através de estudos qualitativos, sendo relevante com a possibilidade de examinar como é o comportamento dos contribuintes em relação as obrigações legislativas tributárias.

Ademais, este estudo torna-se interessante para pesquisas que visam explorar sobre os desafios para o poder público com os contribuintes, mostrando a necessidade de cobrança dos tributos até a aplicação dos recolhimentos na máquina pública.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Apesar das divergências sobre a época exata de surgimento do sistema tributário brasileiro em um ordenamento organizado, é essencial considerar que o princípio da atuação fiscal remonta aos tempos da exploração portuguesa no Brasil, mesmo que de forma não sistematizada e discricionária por parte do colonizador europeu (SILVA, 2014).

Embora ao longo de muitos séculos os tributos tenham sido estabelecidos para custear as regalias de monarquias egoístas, sua função na contemporaneidade experimentou uma transformação significativa, elevando-se ao status de financiador das atividades estatais e defensor dos direitos dos cidadãos. Nesse contexto, a contribuição de Domingos Mendes (2015, p. 47) é relevante.

A tributação deve ser considerada um instrumento para concretizar essa condição, levando à conclusão de que a imposição tributária não deve comprometer o mínimo existencial. Pelo contrário, deve ser um mecanismo que assegure a manutenção do Estado, permitindo que este cumpra seus preceitos fundamentais. A promoção do bem-estar da sociedade, portanto, é uma variável intrinsecamente ligada à aplicação adequada dos tributos arrecadados pelo Estado.

Ainda que o tributo desempenhe primordialmente o papel de financiador do Estado, no contexto de um Estado Democrático de Direito, sua função vai além (Araújo et al., 2016). As receitas provenientes da arrecadação não apenas sustentam as atividades governamentais, mas também impulsionam o desenvolvimento de políticas públicas assistencialistas. Essas políticas têm como objetivo mitigar os efeitos das desigualdades sociais, regular a economia por meio da intervenção estatal em situações críticas para restabelecer o equilíbrio, e garantir o estado de bem-estar social aos cidadãos.

Silva (2014) destaca que a história do tributo se entrelaça com o desenvolvimento da civilização humana. Nas épocas mais primitivas, quando as sociedades eram compostas por tribos nômades, o tributo se manifestava como o próprio trabalho, trocado reciprocamente entre seus membros. Com o estabelecimento em locais fixos, configurando-se em formações sociais semelhantes às contemporâneas, surgiu a necessidade de estruturar relações de poder por meio de sistemas de governo. Assim, teve início um sistema arrecadatório, destinado a financiar as atividades governamentais.

Martins (2005) ressalta que, nesse período, desenvolveu-se uma teoria de poder persistente até os dias atuais. Esta teoria relega o papel relevante do povo na definição dos destinos da comunidade, concedendo poder aos governantes que, considerando-se detentores de um direito divino, subjugam a população menos esclarecida. A função primordial desta população passou a ser a produção de recursos para sustentar a classe dominante, enquanto esta agia conforme seus interesses.

A partir desse momento histórico, a relação de domínio assumiu uma forma legal, legalizando inclusive a função arrecadatória dos administradores. Nesse contexto, Balthazar (2005) destaca a evolução das obrigações tributárias, que transacionaram de imposições

arbitrárias e donativos voluntários para contribuições compulsórias, devidamente previstas e respaldadas por lei.

Araújo et al (2016, p. 01) enfatizam que o Estado existe para promover o bem comum, e a sociedade é destinatária dos recursos arrecadados. Desta forma, os cidadãos têm o direito de participar ativamente na construção legislativa referente à instituição, arrecadação e destinação dos tributos. Entretanto, sua pesquisa de campo revela um desconhecimento generalizado da população sobre a função social do tributo.

Lima e Rezende (2019) destacam a complexidade do sistema tributário brasileiro, com cerca de 3500 normas vigentes, resultando em interpretações múltiplas e, por vezes, equivocadas. Essa carga é comparável à de países como Suíça, Canadá e Austrália, cujo PIB (Produto Interno Bruto) per capita é significativamente superior ao do Brasil (Rodrigues et al., 2019).

Avarte e Biderman (2004) e Alm (1996) defendem que a tributação ótima deve ser associada ao bem-estar, mantendo uma carga tributária justa, com impacto mínimo nos contribuintes. Elkin (1989) destaca que o sistema ótimo deve ser fundamentado na equidade, eficiência e simplicidade. A equidade implica que quem possui maior capacidade contributiva deve arcar com um imposto mais alto, preservando os de menor capacidade. A eficiência refere-se à não intervenção tributária na economia, enquanto a simplicidade diz respeito à clareza do sistema para que os contribuintes o compreendam (ELKIN, 1989).

No cenário brasileiro, o sistema complexo não atende a esses princípios. Lima e Rezende (2019) argumentam que esse modelo de complexidade impacta negativamente, gerando altos custos sociais absorvidos pela sociedade, que transfere seu poder de compra para o governo. Esses custos incluem gastos legislativos e esforços dos contribuintes para mitigar o impacto da alta carga, como evasão e planejamento tributário.

Em um sistema ótimo, Sobel (1997) destaca que a tributação deve incidir principalmente nos níveis mais baixos de governo, evitando onerar o consumidor com uma carga mais alta e mantendo a eficiência dos gastos públicos.

Quanto às famílias, há uma inversão na participação contributiva, onde quem recebe menos paga mais, indo de encontro à função social do tributo. Famílias que recebem até dois salários-mínimos comprometem cerca de 46% de sua renda apenas com tributos, enquanto aquelas com renda de 25 salários-mínimos gastam apenas 18% (Federação das Indústrias de São Paulo, 2015).

Rodrigues et al. (2019) apontam que o sistema tributário brasileiro gera aversão da população, afastando-a da apreciação crítica e participação nos processos legislativos e

executivos. Isso contribui para o aumento da evasão fiscal, motivada por recompensas e insatisfação com o governo e o sistema.

Oliveira (2019) destaca entraves ao processo tributário, incluindo excesso de burocracia, regressividade que contribui para aumentar o abismo econômico entre as classes sociais, tributação sobre a balança comercial, guerra fiscal e problemas com impostos não cumulativos aplicados de forma multifásica. Esses desafios resultam em prejuízos ao contribuinte e ao erário, impactando negativamente a economia brasileira.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1 Método Adotado

A fenomenologia social representa uma abordagem fenomenológica centrada na consciência do outro no contexto das relações sociais. Nesse contexto, a escolha por essa orientação metodológica no presente estudo, que busca investigar a percepção dos contribuintes brasileiros sobre a tributação no Brasil.

A sociologia fenomenológica, também conhecida como fenomenologia social, concebida por Alfred Schutz, visa descrever os processos de atribuição e interpretação de significado conforme realizados pelas pessoas inseridas no mundo social. Essa abordagem permite a análise da relação das pessoas com os objetos culturais, buscando compreender seus significados ao aplicar esquemas interpretativos, conforme exposto por Schutz em 1972.

É importante elucidar que o interesse da fenomenologia social nas dinâmicas do mundo e nas relações sociais está intrinsecamente relacionado à sua base fundamentada no estudo da fenomenologia transcendental de Husserl e na sociologia compreensiva de Max Weber. Portanto, essa abordagem metodológica transita entre a compreensão do indivíduo e de seu interlocutor (BOAVA, 2012).

O atual estudo adota um desenho de pesquisa qualitativa, cuja característica fundamental, conforme destacado por Godoy (1995), é a utilização do ambiente natural como fonte direta de dados, tendo o pesquisador como instrumento essencial. Nessa abordagem, a pessoa entrevistada é percebida pelo pesquisador como uma ferramenta de máxima confiabilidade no processo analisado.

Outro ponto relevante destacado por Godoy (1995) é que a pesquisa qualitativa possui um caráter descritivo, tanto no processo de obtenção dos dados quanto na divulgação dos resultados obtidos.

Para a coleta de dados, optou-se pela utilização de entrevistas semiestruturadas. Essas entrevistas foram conduzidas entre dezembro de 2023 e janeiro de 2024. A escolha da abordagem metodológica da entrevista semiestruturada viabiliza um encontro social enriquecido por elementos empáticos, guiado por um roteiro de questões que direciona o diálogo de maneira a possibilitar a emergência de temas não previamente planejados, mas pertinentes à investigação.

A decisão de empregar a entrevista semiestruturada decorre da necessidade de estabelecer uma aproximação mais íntima com o sujeito, mantendo uma situação 'face a face', que representa um encontro social significativo. Segundo Flick (2009), a entrevista semiestruturada constitui uma abordagem para compreender a 'teoria subjetiva' que os indivíduos constroem sobre um determinado tema, sendo uma amalgama de impressões, opiniões e saberes, tanto explícitos quanto implícitos.

De acordo com Gorman (1979), o mundo serve como o contexto tanto para nossas ações mais simples quanto para aquelas de resistência. Constitui-se como o cenário da ação social, no qual os sujeitos estabelecem acordos mútuos e pessoais por meio de suas distintas interfaces. Abaixo, tem-se as questões centrais do roteiro de entrevista semiestruturada:

- 01 - O que você entende por tributo? Para que você acha que o tributo serve? Para onde ele vai?
- 02 - Para você é importante pagar tributos? Por quê? Explique.
- 03 - Você julga necessário o recolhimento de tributos no Brasil?
- 04 - Você considera justo o recolhimento e aplicação dos tributos? Por quê?
- 05 - O que a sua família, seus amigos e pessoas próximas de você pensam sobre a obrigação de pagar tributo? Dê exemplo.
- 06 - Você acha que é fácil ou difícil cumprir as obrigações tributárias no Brasil? Como você percebe que o contribuinte, empreendedor brasileiro, lida com isso? Dê um exemplo.
- 07 - Qual o sentimento que você tem, que desperta em você, quando você realiza o pagamento dos tributos?
- 08 - Você acha importante estar adimplente (em dia) com o pagamento dos tributos? Você conhece alguém que deixa de pagar os tributos devidos por ele? O que você acha disso?
- 09 - Muitos empreendedores, empresas e contribuintes em geral, usam dos mais diversos artifícios para pagar menos tributos. O que você acha disso? Dê um exemplo.
- 10 - Quando você paga um tributo, ou se trabalha em uma empresa que tem que pagar tributos, você sabe como esses tributos são calculados? Se está certo o valor a ser pago?
- 11 - Quanto você entende que conhece sobre tributação. Numa escala um 01 a 10 quando você conheceria? De um exemplo. Explique.

- 12 - Você acha que o brasileiro deveria aprender sobre tributação na escola? Explique.
- 13 - Como você acha que é transparência no uso dos tributos recolhidos pelo Governo? Explique.
- 14 - Você considera útil o recolhimento de tributos?
- 15 - Quando você paga uma guia, um boleto, de tributos, você confia que esse valor vai efetivamente para os cofres públicos? Que o sistema é confiável?
- 16 - A forma de recolhimento e gestão dos tributos transmite credibilidade? Explique. De um exemplo.
- 17 - No final de dezembro de 2023 foi promulgada a lei da reforma tributária. A proposta de modernização tributária traz consigo expectativa de simplificar a cobrança dos impostos sobre o consumo e desencadear crescimento econômico. Você chegou a ler ou pesquisar sobre a reforma tributária? Tem alguma expectativa com a mudança da legislação?
- Por qual meio de qual meio de comunicação ou fonte de pesquisa você tomou conhecimento sobre a mudança da legislação?

As entrevistas foram conduzidas de maneira individual, registradas e posteriormente transcritas para análise. Adotando uma linguagem simples e direta, buscou-se garantir que as entrevistadas compreendessem claramente o propósito de cada pergunta. Foi assegurado aos entrevistados o anonimato em relação à utilização dos dados extraídos das entrevistas, e os objetivos da pesquisa foram apresentados e esclarecidos.

Destaca-se a importância conferida ao ponto de vista das participantes, com transcrições precisas das perspectivas relatadas. Não foram estabelecidas hipóteses prévias nem foram incluídos dados destinados a confirmar ou refutar suposições percebidas.

Bell (2008) ressalta que pesquisadores qualitativos se concentram mais na compreensão das percepções que os sujeitos têm do mundo, priorizando *insights* em detrimento de visões estatísticas. Dessa forma, esta pesquisa foi conduzida por meio da coleta de dados na forma de transcrições de entrevistas, com o objetivo de obter uma compreensão abrangente do fenômeno observado. Os dados analisados da realidade detêm significativa importância para o estudo, considerando-se o ambiente em sua totalidade e globalidade, sem se restringir a aspectos variáveis, mas compreendendo-o como um todo.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Caracterização da amostra

O perfil dos entrevistados foi delineado a partir dos elementos de análise: idade, escolaridade e atividade profissional, sendo MEI – Microempreendedor Individual e CLT os que exercem algum tipo de trabalho formal remunerado.

Entrevistado:	Idade	Gênero	Escolaridade	Atividade Principal
Entrevistado 11	26	Masculino	Graduação	MEI
Entrevistado 10	28	Feminino	Graduação	CLT
Entrevistado 02	29	Feminino	Ensino Médio	MEI
Entrevistado 08	29	Feminino	Pós Graduação	CLT
Entrevistado 09	30	Feminino	Pós Graduação	CLT
Entrevistado 07	31	Feminino	Graduação	CLT
Entrevistado 06	32	Masculino	Graduação	CLT
Entrevistado 05	34	Masculino	Graduação	MEI
Entrevistado 01	35	Masculino	Graduação	CLT
Entrevistado 04	36	Feminino	Pós Graduação	CLT
Entrevistado 03	37	Feminino	Pós Graduação	CLT

4.2 Análise dos resultados

Inicialmente, realizou-se uma análise abrangente do material coletado, seguida pela definição de categorias e subcategorias para a análise de cada questão apresentada na realização das entrevistas. Dessa maneira, foram identificadas e extraídas as informações para análise dos dados coletados. Posteriormente, realizou-se uma análise individual de cada unidade, seguida de uma síntese conjunta das unidades para uma compreensão mais abrangente do conjunto.

Categoria 01 - Entendimento sobre Tributo e seu Destino

As principais ideias dos entrevistados incluem o conceito de tributo, distribuição e uso dos tributos, desconfiança na aplicação, aplicação em benefício público, financiamento de serviços públicos, pagamento para serviços prestados pelo governo, importância do tributo na manutenção do estado, contribuição para desenvolvimento econômico, tributo como fonte de financiamento para o estado, objetivo de benefício público, tributo para serviços e produtos específicos, e financiamento de diversas áreas do governo.

Ainda que os entrevistados percebem o uso do tributo como contribuição ao governo de forma obrigatória, sendo associada à contribuição monetária imposta pelo estado, em troca dos serviços fornecidos à população, a desconfiança e dúvida sobre a efetividade da aplicação dos recursos aparece dentre as respostas.

De forma consensual, há compreensão de que os tributos são distribuídos para benefício público incluindo despesas de funcionamento nos municípios e estados, aplicados para cobrir gastos com governo, saúde, serviços públicos, infraestrutura, entre outros. Compreende-se também de que os tributos desempenham um papel crucial na manutenção do estado, protegendo recursos para serviços públicos essenciais, através de desenvolvimento econômico, arrecadando recursos para áreas como educação, desenvolvimento e saúde.

Quadro 1. Entendimento sobre Tributo e seu Destino

Subcategorias	Exemplos
Contribuição ao Governo para utilização em benefício público/ Fonte de financiamento do estado	"Eu entendo como contribuição, né, que a gente faz para o governo."
	"Eu acho que deve ser para custear as despesas de funcionamento dentro do país e dos municípios, dos estados. Eu acho que eles são distribuídos para essas questões."
	"Tributo é uma contribuição monetária que qualquer cidadão, seja pessoa física ou jurídica, é obrigado a fazer ao estado. É uma contribuição imposta pelo estado para que o cidadão ou pessoa jurídica pague, seja para serviços ou para produtos."
	"Eu entendo como tributo é um valor monetário que a gente paga para o município, para o estado, para o governo, de alguma forma, a respeito de uma taxa, de um imposto específico."
	"Na minha opinião, tributo é aquilo que o governo vai recolher do contribuinte para que então, ele possa financiar as suas atividades fins, ou seja, prestar serviço público à população."
	"Tributos são os impostos que a gente paga ao governo pelo serviço que o governo fornece à população."
	"Os tributos quando bem aplicados, são utilizados em benefício da população, né? Do município, do estado."
	"Ele entende bem essas finalidades, né? Suas receitas são destinadas a cobrir gastos com o governo, com saúde, serviços públicos, infraestrutura, entre outros, para servir a sociedade."
	"Ele é uma principal fonte de financiamento para o funcionamento do estado, para prestação de serviços públicos à sociedade, como saúde, educação, entre outros."
Manutenção do Estado	"Eu vejo que o tributo é uma forma que o estado tem para proteção de recursos para manter o serviço público como saúde, educação, segurança, limpeza, investir em infraestrutura, além de manter os programas do governo."

Fonte: Elaboração própria (2024).

Categoria 02: Importância de Pagar Tributos

Referente a importância de pagar tributos, os entrevistados incluem equilíbrio econômico e regulação econômica do mercado, financiamento dos serviços básicos, desenvolvimento e investimento público, contribuição para manutenção de serviços e infraestrutura. Destaca-se complexidade e a importância do pagamento de tributos, ao mesmo tempo em que expressam preocupações sobre a efetiva aplicação e conversão desses recursos.

Também há presença de crítica à alta carga tributária, desconfiança da fiscalização e aplicação dos recursos e qualidade dos serviços prestados à população, ainda que a arrecadação seja entendida como indispensável para manutenção da máquina pública.

Quadro 2. Importância de Pagar Tributos

Subcategorias	Exemplos
Equilíbrio e regulação econômica	"Acredito que é muito importante, principalmente por essa regulação. Dessa forma, o programa regulamento contributos, ele consegue dar uma equalizada no comércio do país."
Financiamento dos serviços básicos	"Sim, é importante pagar os tributos porque sem essa fonte, né? É do governo. Eles não conseguem arcar com os compromissos mencionados, né? Saúde, educação, não consegue é proporcionar escolas estaduais, é transportes públicos, é rodovias, enfim."
	"Porque é uma forma da gente conseguir, né? Desenvolver o país através do pagamento de tributos, porque as pessoas elas, né, são tributadas de acordo, sei lá, com a renda e esse dinheiro é revestido, né? Em tese, é revestido em educação, em saúde."
	"Pagar tributos é importante, uma vez que nós temos uma prestação de serviço público contínuo e se nós não pagássemos o tributo, não teríamos como financiar o estado."
	"Sim. É importante exatamente pelos serviços que o governo fornece. A gente precisa sair de casa, a gente tem as estradas, a gente tem a nossa água, a gente tem a nossa luz, a gente tem a nossa residência, a gente tem a nossa segurança."

Fonte: Elaboração própria (2024).

Categoria 03: Necessidade do Recolhimento de Tributos no Brasil

A percepção da necessidade do recolhimento de tributos é vinculada à importância para a manutenção de serviços básicos e infraestrutura, incluindo mão de obra, educação e saúde. Houve também questionamento sobre a justiça tributária, especialmente em relação ao imposto de renda, e uma crítica à complexidade do sistema tributário, sugerindo a necessidade de avaliação e reformulação.

Quadro 3. Necessidade do Recolhimento de Tributos no Brasil

Subcategorias	Exemplos
Manutenção de serviços básicos e infraestrutura	"Ele é essencial para o funcionamento do estado, e dos serviços públicos, e arrecadação também! É fundamental para manter a estabilidade econômica do país, né? E também financiar as políticas públicas."
	"Sim. Pelo motivo de que recebemos todo esse suporte na parte do governo, da parte do estado. Se a gente for assaltado, a gente tem que a quem recorrer para poder solucionar o nosso problema. Se passarmos mal, a gente pode contar com o serviço de saúde."
Justiça tributária	"Não considero muito justo, principalmente a questão do imposto de renda, que é uma coisa que até hoje está sendo avaliado sobre a questão da alíquota do imposto de renda, que ela é muito alta. A diferença é muito pequena nas pessoas que ganham relativamente pouco."
Complexidade do sistema tributário	"Sim, mas eu acho que o recolhimento de tributos no Brasil ele tinha que ser mais esclarecedor. Ele é muito complexo. Eu fui entender tributo quando eu trabalhei na receita eu não entendi a finalidade, porque que as pessoas pagavam essa taxa, essa, essa taxa, né?"
Reforma e melhoria nos serviços	"Sim, julgo necessário. O governo prestar um serviço para a sociedade, né? Só que eu acho também que é necessária uma reforma, uma melhoria do serviço prestado."

Fonte: Elaboração própria (2024).

Categoria 04: Justiça no Recolhimento e Aplicação dos Tributos

Com relação ao quesito justiça na aplicação dos tributos temos como destaque críticas a falta de transparência e a complexidade, percepção de falhas na cobrança, e desigualdades no sistema tributário o que indica pela opinião dos entrevistados a necessidade de uma reforma tributária.

Quadro 4. Justiça no Recolhimento e Aplicação dos Tributos

Subcategorias	Exemplos
Críticas ao sistema atual e falta de transparência	"Eu acho que algumas coisas têm que melhorar, principalmente em relação a imposto de renda. Eu acho que no Brasil a gente tem muito imposto diferente, isso acaba deixando a gente, às vezes, sem nem saber o que a gente está pagando de imposto."
Relação entre tributos e serviços	"No Brasil eu não considero muito justo. Pelo fato de que acabamos pagando muito imposto e a gente vê um retorno muito pouco disso, porque, querendo ou não os serviços, eles são muito precários."
Desigualdade na tributação de classes sociais	"Não considero justo porque mesmo as classes mais baixas pagam valores altos de recolhimento, então acho desigual."
	"Justo, não! Porque eu não considero que funcione da maneira correta, né? E para todo mundo eu acho que tem uma falha muito grande nessa cobrança, né? Nessa, na maneira de cobrar. Então eu acho que justo não é."
Taxação sobre pessoas de menor poder aquisitivo	"Eu não acho justo. Pelo que eu conheço da do recolhimento, eu acho que a taxa sobre. Pessoas que ganham menos é muito alta. Em relação a pessoas que têm um poder aquisitivo maior."
Importância dos tributos, mas com necessidade de melhorias	"Eu considero justo, contudo, acredito que nós ainda temos que melhorar muito em relação à fiscalização. Da execução, por exemplo, de obras públicas, ou melhor dizendo, da prestação final da atividade-fim do serviço público estatal, para que nós possamos otimizar a aplicação desse tributo. Mas, contudo. É extremamente importante e justo que isso seja feito uma reforma."

Fonte: Elaboração própria (2024).

Categoria 05: Obrigatoriedade em Pagar Tributo

No que diz respeito a obrigatoriedade de pagar tributos, temos indicação de desconhecimento diante o sistema tributário, insatisfação e percepção de falta de retorno para com os serviços destinados à população. Também é elencado a insegurança com relação ao uso devido dos valores recolhidos, apresentando como justificativa os casos de corrupção já ocorridos no Brasil.

Quadro 5. Obrigatoriedade em Pagar Tributo

Subcategorias	Exemplos
Desconhecimento e indignação	"É muita gente, não tem nem esse conhecimento, né? É, eu acho que até a gente mesmo, que trabalha e que se depara com isso em algum momento, não tem nem conhecimento de como funciona, (...) geralmente todo mundo fica meio que indignado, né? Da maneira que funciona os valores. Não é uma coisa que todo mundo vê como justo mesmo."

Insatisfação e falta de retorno	"Então a maioria não gosta de pagar tributo porque alguns não entendem o que realmente são os tributos e outros pensam como eu, no sentido de dar um dinheiro para o governo. 'Esse dinheiro não vai voltar para mim'. Até porque também no Brasil a gente tem infelizmente esse programa de corrupção, então muito do que a gente paga acaba nem voltando para a população, eles somem."
Reclamações sobre tipos específicos	"Ninguém gosta. Isso é verdade. Ninguém gosta quando vem o IPVA para pagar, quando vem o imposto de renda para pagar. É uma tristeza. Ninguém gosta, mas todo mundo, acho que pelo menos na minha família, as pessoas, elas reclamam...reclamam que o governo não está fazendo nada com o dinheiro que está sendo arrecadado, que não está tendo um desenvolvimento no país."
Tributo alto e sem retorno	"Pessoas que eu já conversei, assim... Eles têm a percepção que é muito alto e não tem retorno, né? É um dinheiro que quase assim jogado fora."
Complexidade do sistema tributário	"Acho que é um assunto bem complexo, né? Mas assim, as pessoas que eu converso assim acham assim, que é um absurdo a gente ter que pagar impostos, né?"

Fonte: Elaboração própria (2024).

Categoria 06: Cumprimento das Obrigações Tributárias no Brasil

As percepções são variadas sobre as complexidades e desafios enfrentados pelos contribuintes e empreendedores brasileiros no cumprimento de suas obrigações tributárias. A falta de educação financeira, as dificuldades iniciais, a complexidade do sistema tributário e as falhas no sistema são temas recorrentes nas entrevistas.

Quadro 6. Cumprimento das Obrigações Tributárias no Brasil

Subcategorias	Exemplos
Desafios para microempreendedores e empreendedores	"É muito difícil. Hoje em dia, coitado de quem tenta ser um microempreendedor. Porque tudo é imposto, os impostos são muito altos, então quem vai para esse lado do empreendedorismo, sofre muito e a maioria das vezes se quebra porque o governo exige muito, exige uma contribuição muito alta."
	"Eu acho que também tem a questão de. A galera tem muita dificuldade de entender sobre imposto sobre tributo quando é empreendedor e acaba que ela se perde no meio e às vezes deixa de pagar um. Por exemplo, um imposto que é muito importante e depois gerar junto juros e multa. Aí aquela pessoa fica desmotivada."
Complexidade do sistema tributário	"É extremamente complexo, né? Cumprir com as obrigações acessórias relacionadas ao imposto é, tem imposto para tudo, né? Na verdade, tem imposto para tudo. Não tem obrigação acessória para tudo. Tem ao longo do ano você tem que entregar várias, né, digamos assim, declarações para o governo que você está, né? Como é que fala declarando certo o valor que está sendo recebido, então sobre declaração de pessoa física, como que as pessoas de pessoa jurídica, né?"
	"São difíceis porque a carga tributária no Brasil é muito alta. Atualmente é muito alta a carga tributária no Brasil. Não é fácil contribuir é assim. Exemplo disso é o salário de do trabalhador CLT, onde ele possui um salário e aí ele possui os descontos fiscais, né? No final do mês, que são as tributações que são devidas ao estado, que impacta muito no em relação ao salário mínimo que a gente possui hoje no Brasil."
	"Difícil, porque nós temos um sistema tributário extremamente complexo, onde muitas vezes os fatos geradores de tributo, por exemplo, se eu tô comprando uma mercadoria e. Nem de outro estado eu tenho que me atentar que talvez eu vou ter uma redução de ICMS se eu comprar um estado x se eu comprar no estado y não? A depender dos convênios, então a legislação tributária é nacional, é, ela é extremamente complexa."
Educação e informação sobre tributos	"Bom, eu acho fácil, mas é porque eu domino a matéria de tributos, mas quando eu trabalhei na receita, eu vi que os autônomos, principalmente que são os meios. Eles tinham muita dificuldade de pagar aquele valor mensal para ter, né? É aquela certificação de MEI, então é complexo o sistema de tributos no Brasil. Porque não falamos disso? A gente não tem educação, é de tributos. Na escola a gente não tem educação de Constituição na escola, então assim o mínimo está na Constituição, está escrito, lá é só a gente ler e entender."

	<i>"Acho que o contribuinte não, não. Acho que, na verdade, assim, acho que até uma educação financeira, né? Porque eu acho que a maioria das pessoas não sabem, não sabe por que que ela paga, não sabe pegar o tipo de dinheiro, vai só, sabe que tem que pagar."</i>
	<i>"Eu acho que é um pouco complicado, porque primeiro a gente não tem nenhuma informação sobre isso. A gente tem que começar a aprender sozinho sobre contabilidade sobre tributos, sobre impostos, imposto de renda...Depois que a gente entra no mercado e nos aprofundarmos com o interesse no assunto, porque senão nós só vamos pagar sem nem saber por que estamos pagando, porque estamos pagando."</i>

Fonte: Elaboração própria (2024).

Categoria 07: Sentimentos ao Realizar Pagamentos de Tributos

Com relação ao sentimento do contribuinte ao pagar tributos, temos percepções negativas que reforçam descontentamento, indignação, desconforto, sensação de contribuir com cargas tributárias altas, que levam para indicação de reforma tributária por parte dos entrevistados. O descontentamento e a indignação são expressos por alguns entrevistados, principalmente devido à percepção de falta de retorno proporcional ao valor pago e ao desconhecimento sobre a destinação dos recursos. A injustiça é destacada por entrevistados que se sentem lesados pela falta de ressarcimento proporcional ao valor pago em impostos, especialmente no contexto do desconto no salário. Há uma sensação de dever cumprido para aqueles que veem o pagamento de tributos como uma obrigação que deve ser honrada, independentemente das críticas ao sistema.

Quadro 7. Sentimentos ao Realizar Pagamentos de Tributos

Subcategorias	Exemplos
Injustiça e Indignação	<i>"É um pouco de indignação. Um pouquinho de indignação por aquele fator que eu já citei antes, é o senso de muitas vezes a gente não está recebendo aquilo que a gente paga e também saber que boa parte do que a gente paga nem volta pra gente."</i>
Indignação e Proposta de Reforma Tributária	<i>"Eu pago tributo, mas eu confesso que eu fico um pouco indignada porque eu acho que a margem tributária é muito alta. O desconto no meu salário é muito alto. Então assim, apesar de eu considerar que eu tenho um salário OK com os descontos, com os descontos previdenciários, é tributações de imposto de renda é que são feitos. Eu acho que a carga tributária é muito alta, muito alta. É muito desigual, digamos assim."</i>
Descontentamento com a Margem de Descontos	<i>"Então eu, como profissional, CLT. Eu acho, assim que é muito alto. Eu acho que 27,5% o da sua renda sendo retida para o governo, eu acho muito alto, mas, enfim, é o que a gente tem hoje, né? Não dá para não tem como a gente fugir. É fugir disso, né? É lei e a gente tem que pagar, mas realmente é muito alto. Eu acho que poderia ser bem menos que isso."</i>
	<i>"Não, para ser sincero, não é algo um sentimento bom, a gente faz porque tem que ser feito, né? Mas é pensando nessa questão toda de não ser justo e sabendo que não é que muitas pessoas passam por cima disso, não é um sentimento agradável."</i>
	<i>"Sentimento assim é de injustiça. Acho muito injusto. O próprio salário da gente, né? Já nem descontando lá o imposto de renda também é um exemplo bom também para poder dar, né? E assim a gente tem um salário e aí todo mês o desconto. Aqueles valores altíssimos de imposto de renda e a gente não consegue ressarcimento de 100% do valor, sabe?"</i>
Cumprimento de Obrigações	<i>"Querendo ou não, pelo fato de ser uma pessoa que gosta de andar em dia, com tudo do que se deve, é uma sensação de dever cumprido, porque eu fiz a minha parte, mas também tem a sensação de ser um pouco lesado pelo fato de perceber que grande parte do seu esforço está saindo da sua mão para ser administrada por pessoas que nem sempre empregam aquilo da forma que deveria"</i>

	"Só tem sentimento bom, eu estou, estou ganhando alguma coisa de volta."
	"Qualquer pagamento que eu realizo, estou triste, né? Mas é tranquilo. O tributo específico vai me deixar segura, vai me dar segurança que eu estou cumprindo aquela obrigação e que eu vou ter respaldo. Mas eu acredito que não seja a opinião de todos."

Fonte: Elaboração própria (2024).

Categoria 08: Importância em estar Adimplente com Tributos

A consciência ética e moral também é mencionada como um fator relevante. No entanto, há uma percepção de que algumas pessoas enxergam benefícios na inadimplência, seja para investir o dinheiro em outras áreas ou para obter vantagens no futuro. Além disso, casos de sonegação de impostos são identificados, indicando desafios éticos no cumprimento das obrigações tributárias. A relação entre inadimplência e oportunidades, tanto no acesso ao crédito quanto nas melhorias do país, é evidenciada em várias respostas.

Quadro 8. Importância em estar Adimplente com Tributos

Subcategorias	Exemplos
Cumprimento de Obrigações Fiscais e Legais	"Sim, é importante estar adimplente, porque é o que viabiliza as melhorias feitas pelo Brasil e assim a gente não tem nem a opção de não estar adimplente (..) né? Porque é uma questão obrigatória. Você pode ter o seu CPF é bloqueado, você pode perder o seu direito de ir e vir, então não é uma coisa que você tem a opção de fazer. Você é obrigado a fazer é, me desculpa."
Consciência Ética e Moral	"Eu acho importante sim, estar em dia com os tributos, até porque uma das principais formas de alavancagem que nós temos é o crédito que as instituições financeiras nos oferecem e elas nos oferecem com base naquilo que nós declaramos. Então, quanto mais declaramos e quanto mais andamos em dia, mais crédito nós temos, que pode ser revertido depois, em um aumento de capital próprio."
Impactos da Inadimplência na Vida Pessoal	"É importante pagar em dia, porque senão você vai ter que pagar juros e multas depois e se embolar nessas contas. É sem contar que, dependendo do imposto, por exemplo, de renda, se você não paga em dia, você fica com seu CPF cancelado e depois você tem um trabalho danado para conseguir, né?"

Fonte: Elaboração própria (2024).

Categoria 09: Artifícios para Pagar Menos Tributos

As opiniões sobre o uso de artifícios para pagar menos tributos refletem uma diversidade de perspectivas. Alguns entrevistados enfatizam a importância de incentivos para pequenos negócios e empreendimento iniciante, enquanto outros destacam os desafios impostos pelo volume elevado de tributos. A legalidade do planejamento tributário é ressaltada, com muitos entrevistados concordando que estratégias dentro da lei são válidas. Exemplos de adaptações legais, como a mudança na classificação de produtos, são citados para ilustrar a inteligência financeira.

Quadro 9. Artifícios para Pagar Menos Tributos

Subcategorias	Exemplos
---------------	----------

Incentivos para empreendimentos	"Eu acho que é importante pagar de qualquer forma, mesmo que seja um negócio pequeno, mas eu acho que o governo para pequenas empresas, empreendimentos que estão começando, ela podia dar alguns incentivos melhores, porque também isso aconteceu na pandemia que eu li."
Necessidade de Driblar a Carga Tributária	"É o que eu disse, né? Assim tendo a tributação que a gente tem hoje em dia, que é muito grande. Eu acho que às vezes o empreendedor faz esse tipo de coisa, de sonegação, de impostos, né? Que é como é dito, como forma de maximizar o lucro dele, porque com a carga tributária que se tem hoje em dia é muito difícil ter lucro no Brasil."
Legalidade de Ações para Pagar Menos Tributos	"Acho que o volume de tributos a ser pago é muito grande. Então isso leva as pessoas e empreendedores buscarem formas de pagar menos tributos, seria a justificativa. De toda forma eu acho errado fazer o que não está na lei. Pois a gente pode ficar vulnerável perante a justiça."
	"Eu acho que tá certo. Assim... legalmente falando, o que puder ser feito, né, pra pagar menos tributo tem que ser adotado. Porque, como eu disse hoje no Brasil o microempreendedor sofre muito porque é muito tributo. (...) Às vezes nem compensa, né? Você deixar de ser CLT pode ser um microempreendedor, dependendo do que você tem que pagar de imposto."
	"Se estiver dentro da lei, não vejo como impedimento. Não pactuo de manobras que não sejam respaldadas legalmente. Também entendo quem faz o uso de manobras pois a nossa carga tributária é muito alta, então entendo a justificativa apesar de não achar certo."
	"Olha, eu acho que assim, desde que eles estejam cumprindo, né? É, e assim é, eles respeitam a lei, porque assim, pelo que eu sei, existe várias. Existe um planejamento tributário, sabe que é pra reduzir, adiar ou anular é ônus fiscais."
	"Eu acho que tudo que é dentro da lei é válido. O que a lei garante é válido. Por exemplo, é inteligência financeira. Educação financeira também. Entra essa questão de você saber como pagar menos impostos, eu vou te dar um exemplo que aconteceu no Brasil recentemente, que foi a mudança do bombom sonho de valsa."
	"(...) as grandes empresas trabalham com planejamento tributário, que é você tentar legalmente evitar pagar tributos em excesso, pagar impostos em excesso."

Fonte: Elaboração própria (2024).

Categoria 10: Conhecimento sobre o Cálculo de Tributários

Alguns entrevistados demonstram um entendimento detalhado do Imposto de Renda, enquanto reconhecem a falta de conhecimento sobre outros impostos e a confiança em outros profissionais para conferência e cálculos. A busca por conhecimento atrelado a necessidade de adaptação profissional também se mostra como relevante.

Quadro 10. Conhecimento sobre o Cálculo de Tributários

Subcategorias	Exemplos
Conhecimento de tributos específicos	"Especificamente, o imposto de renda. Eu sei que eu já olhei muito. Já da fiscal, por várias vezes já. Enfim, mas os demais impostos eu não tenho. É, eu não sei exatamente como é que funciona."
	"Não só os impostos assim da CLT, o INSS, o imposto de renda, né, que tem as faixas e depois que eu fui entender como é que isso funcionam as faixas, né? Que é, é diluído um percentual em cada, cada parte do salário entra num percentual, né?"
Dúvidas e confiança em outros profissionais.	"É, eu não sei claramente, né? Eu recebo a guia, então eu sei que é por procedimento, por venda, vamos dizer que sim, mas não sei se está correto."
	"Eu tenho que confiar na minha empresa, né? Porque o cálculo a gente a gente sabe, né? 27,5%... então eu sei que está descontando da forma correta."
	"Olha, eu não sei (...) As empresas aí eles já contam com profissionais de contabilidade ou consultores (...) pra fazer essas contas (...) pra ver se tá tudo certinho."
	"Exatamente, não! Acredito que sejam tabelados. Eu sei que isso é tabelado e acabamos confiando no contador para fazer esses cálculos por nós."
	"É, a gente tem acesso às notas fiscais de materiais que são adquiridos ou de serviços que são prestados e sinceramente, eu não sei informar se a margem de tributo que está ali, está correta,

	<i>porque a gente tem um setor tributário junto a suprimentos que faz esse cálculo junto com o fornecedor."</i>
Busca por conhecimento para adaptação profissional	<i>"É bom, no meu caso, eu procuro saber mais, deixo claro na maior parte das vezes. Mas eu busco em outras fontes."</i>
	<i>"Sei por que busquei em um primeiro momento, enquanto profissional de direito, busquei num primeiro momento me integrar das bases de cálculo, de quais anexos que ia enquadrar ali. Então, embora reclame muitas vezes, sei sim o que estou pagando."</i>

Fonte: Elaboração própria (2024).

Categoria 11: Conhecimento sobre Tributação - Autoavaliação

As autoavaliações dos entrevistados sobre seu conhecimento em tributação revelam uma variedade de níveis, desde avaliações mais baixas, indicando conhecimento básico ou mínimo, até avaliações mais altas, indicando um entendimento mais profundo. A experiência profissional, a formação acadêmica e a exposição direta às questões tributárias desempenham um papel significativo nas autoavaliações. Alguns entrevistados destacam a complexidade e a constante evolução da legislação tributária como fatores que influenciam seu entendimento. A maioria reconhece a importância de compreender os tributos, mas alguns indicam a necessidade de aprimorar seus conhecimentos, especialmente em áreas mais especializadas.

Categoria 12: Ensino de Tributação nas Escolas

A análise das respostas revela uma tendência geral dos entrevistados a favor do ensino de tributação nas escolas, como fonte de partilhar o conhecimento e preparar o público para se tornarem contribuintes conscientes e conhecedores do funcionamento e aplicação dos recursos da máquina pública, mercado de trabalho e questões políticas.

Quadro 11. Ensino de Tributação nas Escolas

Subcategorias	Exemplos
Educação financeira	<i>"Acho que educação financeira, tributação é muito bom. Às vezes o governo é paternalista, mas é necessário para entender como calcular melhor a renda."</i>
	<i>"Educação financeira nas escolas é de extrema importância para evitar destabilizações financeiras e para que as famílias saibam usar o dinheiro de maneira rentável."</i>
Importância de entender as diferentes metodologias de recolhimento dos tributos	<i>"Saber como são recolhidos os tributos, se são impostos, taxas, ou contribuições, é crucial para entender a finalidade e a aplicação correta dos recursos."</i>
Participar da política	<i>"Você tem que conhecer para brigar pelos nossos direitos. Conhecimento é fundamental para escolher representantes e lutar por causas futuras."</i>
Capacidade de julgar a aplicação correta dos recursos públicos	<i>"Você saber como está sendo destinado esse dinheiro, quais são os tipos de tributos. Não existe só imposto, há outras tributações importantes."</i>
Conhecimento tributário como preparação para o mercado de trabalho	<i>"Informação é crucial para melhorar problemas sociais. Percepção da aplicação correta dos recursos para fazer melhores escolhas na política."</i>
	<i>"Aulas de tributação na escola proporcionariam uma melhor preparação para o mercado de trabalho e compreensão dos impactos dos impostos na sociedade."</i>
	<i>"Acho que a gente deveria ter a matéria de direito constitucional na escola para entender a finalidade dos tributos e fazer escolhas mais informadas na vida profissional."</i>
	<i>"A pessoa cresce, entra no mercado de trabalho e não entende sobre dinheiro. Desde a infância deveria ser ensinado, pois já pagamos tributos desde cedo."</i>

Fonte: Elaboração própria (2024).

Categoria 13: Transparência no Uso dos Tributos pelo Governo

Destaca-se a complexidade e a necessidade de uma reforma tributária para tornar mais claro o que está sendo pago e para onde o dinheiro está indo. Expressa a dificuldade em verificar todos os impostos pagos. Também insegurança dos entrevistados sobre o destino real dos tributos, mencionando que, se fosse claro, as pessoas não teriam tanta relutância em pagar. Percebe-se ainda a falta de clareza nos destinos dos tributos para os contribuintes.

Temos ainda em destaque a desconfiança na máquina pública, citando episódios de roubos e mensalões como motivos para a falta de confiança no uso e aplicação dos tributos, o que contribui para dúvidas sobre legitimidade do portal da transparência do Governo.

Quadro 12. Transparência no Uso dos Tributos pelo Governo

Subcategorias	Exemplos
Necessidade de Reforma Tributária	"Difícil verificar todos os impostos pagos. Deveria ter uma reforma tributária para visualizar o que está sendo pago e para onde o dinheiro está indo, pois muitas vezes não vemos melhorias."
Falta de eficácia do Portal da Transparência	"Apesar de vários meios de transparência, como relatórios e auditorias, o Portal da Transparência ainda enfrenta limitações. Existe muita corrupção e falta de destinação correta dos recursos."
	"Apesar de ter o portal da transparência, acredito que não seja 100% correto. Falta confiança na máquina pública, e os valores disponíveis podem ser superfaturados."
	"Não confio na máquina pública, mesmo com o portal da transparência. Episódios de roubos e mensalões levam à desconfiança. Acredito que os valores são superfaturados."
	"Existe falta de clareza e transparência no Brasil. Mesmo com o Portal da Transparência, não sabemos detalhes sobre a destinação real dos recursos, como em casos de superfaturamento."
Requer análise técnica para interpretar dados	"Com a lei de acesso à informação, podemos verificar para onde vão os tributos. No entanto, é necessário disposição e técnica para analisar os dados, que nem sempre são apresentados de maneira simples."
Dúvidas sobre aplicação e destino dos tributos	"Sentimos insegurança sobre para onde o dinheiro está indo. Se fosse claro, não pagaríamos tanto. Falta clareza nos destinos dos tributos, não sabemos para onde o dinheiro está indo."
	"Não vejo muita transparência no que é descontado da gente. Falta clareza na aplicação, e muitas vezes, pagamos e não vemos melhorias."
Corrupção e desvio dos recursos	"Quantidade de corrupção com dinheiro público. Falta transparência na destinação dos tributos, apesar dos planejamentos anuais do governo."
	"Dificuldade de saber quanto de X foi para um lugar, se houve conferência. Falta clareza e transparência, especialmente em casos de escândalos e superfaturamento."
	"Não temos a noção do que está sendo arrecadado, do destino do dinheiro. Há desvio de recursos devido à corrupção, e o sistema é feito para o cidadão não entender."

Fonte: Elaboração própria (2024).

Categoria 14: Utilidade do Recolhimento de Tributos

Percebemos que alguns entrevistados percebem a utilidade do recolhimento de tributos como vital para o desenvolvimento do país e melhoramento de diferentes áreas e setores, mesmo que em alguns casos os benefícios proporcionados pelos serviços públicos, mesmo que sejam percebidos como precários.

Quadro 13. Utilidade do Recolhimento de Tributos

Subcategorias	Exemplos
Importância para o financiamento da atividade pública	"Importante para acabar com a desigualdade e distribuir melhor os recursos."
	"Útil para questões de distribuição básica e funcionamento do país."
	"Considero útil porque usamos aquilo que o governo nos fornece, mesmo que seja precário. Serviços de saúde, estradas, mesmo com falhas, são úteis."

	"Necessário para o país se desenvolver e melhorar as áreas."
	"Extremamente necessário para financiar a atividade pública estatal."
	"Apesar de precarizado, é necessário. Se não houvesse os tributos, nem o mínimo seria feito em áreas como educação, saúde e segurança."
	"Considero útil desde que seja empregado da maneira correta, sem desvios de dinheiro. Deve ser destinado de forma correta para áreas como saúde, segurança e educação."
Falta de Retorno e Ineficácia	"Impostos são mais altos no Brasil em comparação com outros países."
	"No Brasil, não acho tão útil, pois não há retorno com benefícios para a sociedade. Sensação de estar jogando dinheiro fora."
Discordância em casos específicos	"Considero útil em geral, mas discordo de casos específicos, como o INSS, que deveria ter opção de aceitar pagar ou não."

Fonte: Elaboração própria (2024).

Categoria 15: Confiança no Sistema de Recolhimento de Tributos

As principais ideias e categorias relacionadas à confiança dos entrevistados no sistema de recolhimento de tributos variam desde dúvidas sobre a utilização do dinheiro até a confiança condicional com base em auditorias e processos de prestação de contas. A desconfiança generalizada no sistema, muitas vezes motivada por casos de corrupção do passado, é uma tendência observada nas respostas.

Houve entrevistado que apresentou confiar no sistema, especificamente na restituição do valor, baseada na facilidade e conformidade com as normativas durante esse processo.

Quadro 14. Confiança no Sistema de Recolhimento de Tributos

Subcategorias	Exemplos
Incerteza sobre a destinação do dinheiro	<i>Ele vai pros cofres públicos. Agora, a maneira que ele é utilizado, eu não sei se é a mais confiável que existem. Existem coisas que eu não concordo muito. Apesar da ideia, às vezes parecer interessante, pelo menos se você der explicação, né? Por exemplo, o fundo partidário lá de eleição, que são as pelos que estão já está aí nos 4 bilhões que gasta por ano. Para as perguntas devem ser, não sei o adquirido direcionado não, mas acho que para a campanha, principalmente, não sei. Mas é um fundo que eu acho que é. Desnecessário. Com eu acho que o é. É meio difícil de visual, é? A pergunta é se eu. Se as pessoas entendem como que o governo gasta ou se eu acho justo a forma, a forma que ele gasta.</i>
	<i>Confio! Só o que eles vão fazer com ele, que não é confiável.</i>
	<i>Então não, não consigo te explicar, mas eu não acho que é uma forma confiável, porque até então, eu não sei como é feito o retorno disso. Para os brasileiros.</i>
Referência a casos de corrupção e episódios passados	<i>Não. Por diversas vezes, nós somos. Nós nos deparamos com notícias de desvio de verba. De tributos e tudo mais, então. Eu acho que mesmo não conhecendo, não tendo uma resposta completa ou plausível para isso de. Antes de tudo, eu já estou acostumada a desconfiar. Então eu pago. E penso que pode ser que aquilo ali nunca seja destinado ao que deverei que existe essa possibilidade.</i>
	<i>Não, não acho que o sistema é confiável, é o que eu disse, como num país que a gente já passou por tantos episódios de desonestidade não é possível acreditar que 100% daquela tributação vá para os cofres públicos, mas infelizmente, eu, como cidadã, não consigo garantir isso.</i>

Controle através de auditorias, confiança na restituição do valor	<i>Sim. Porque tem o tribunal de contas da união, e ele faz auditorias anuais. Então se esse valor não for, por mais que a ocorra o desvio que a gente sabe que ocorre é, ele segue esse influxo, né? Talvez em algum momento ali eles dão um jeito de desviar, mas ele segue esse fluxo. Ele chega no cofre público e eles têm que prestar contas disso e se não prestar contas, aí tem processo administrativos, exoneração e. Vários outros trâmites aí, inclusive, pagar os cofres públicos. O responsável de. Né, que sei lá por um motivo, furto esse valor.</i>
	<i>Sistema de recolhimento ele é extremamente confiável. Da mesma maneira quando a gente precisa da restituição dessa guia, também é muito tranquilo de se fazer obedecer na normativa. Então, em relação a parte que o trabalho chega aos cofres públicos, Eu não tenho dúvida disso. Para mim, o sistema é 100% confiável.</i>

Fonte: Elaboração própria (2024).

Categoria 16: Credibilidade na Forma de Recolhimento e Gestão dos Tributos

A análise reflete a complexidade das percepções sobre o sistema tributário, destacando a necessidade de maior clareza, transparência e fiscalização para melhorar a credibilidade do processo de recolhimento e gestão de tributos. A diversidade de experiências pessoais e opiniões ressalta a importância de abordagens mais transparentes e compreensíveis para fortalecer a confiança da população no sistema tributário.

A categoria revela uma diversidade de opiniões e percepções em relação à credibilidade do sistema de recolhimento e gestão de tributos, destacando diferentes aspectos que impactam a confiança dos entrevistados. A presença de casos de corrupção notórios, como citados pelos entrevistados, contribui para uma percepção negativa da credibilidade do sistema de tributação. A falta de compreensão da forma de recolhimento dos tributos por sua vez gera uma sensação de confusão e desconfiança, conforme mencionado por vários entrevistados.

Existe uma divergência nas opiniões sobre a eficácia da forma como os tributos são recolhidos, destacando a confusão e a falta de clareza como fatores problemáticos. A falta de clareza e transparência na gestão dos tributos gera desconfiança, com alguns entrevistados expressando desconhecimento sobre o assunto. A tributação embutida nos produtos é mencionada como uma experiência comum, contribuindo para a percepção de falta de transparência com os contribuintes.

A exploração de brechas legais por empresas para reduzir tributos gera desconfiança, sugerindo a necessidade de maior controle e fiscalização. A percepção de que o tributo vai diretamente para uma conta da união vinculada é mencionada, mas a necessidade de autorização legislativa para sua retirada destaca a importância da legislação nesse contexto. A ideia de que a falsa sensação de não ver o tributo está mais relacionada à aplicação efetiva na ponta do que à sua invisibilidade.

Quadro 15. Credibilidade na Forma de Recolhimento e Gestão dos Tributos

Subcategorias	Exemplos
Incerteza sobre a destinação do dinheiro	<i>Sim. Porque você tem que pagar um boleto, você vai conseguir confirmar se o pagamento foi pago e você vai ver a finalidade. Por mais que ele não cumpra 100%, ele vai chegar ao destino final. É a pessoa que recebe esse valor para distribuir, que não distribui da forma correta, mas ele chega.</i>
	<i>Mas é a questão da distribuição do recolhimento. Eu Acredito que há taxa credibilidade, mas a questão da gestão eu conheço muito pouco, então eu não consigo opinar sobre, acredito que está faltando mais clareza até mim.</i>

Falta de confiança no sistema em geral	<i>"Não, eu acho que talvez vá para os cofres públicos, mas não sei se a partir daí é destinado ao certo pra onde que deveria ser. Mas eu acho que até essa parte do pagamento é, eu acho que vai pra para as contas públicas, mas a destinação ela percorre um caminho aí que eu não sei dizer e tenho lá minhas dúvidas quanto a isso."</i>
Descrença baseada em episódios passados	<i>'Eu a acredito que assim, no Brasil, a gente, sempre está ouvindo casos de corrupção. A gente ouviu o caso como compra de vacina, caso como mensalão, caso com Lava Jato, enfim, isso tudo tira a credibilidade, né? E é difícil a gente conseguir acreditar, acreditar que ele está sendo usado bem o recurso. Mas é isso, assim eu acho que a credibilidade é muito baixa hoje por causa dessas questões que a gente vê no dia a dia, né?'</i>
Confiança condicional com controles	<i>Acredito que sim, e normalmente são feitas auditorias de arrecadação, né? Então acredito que isso aí traz uma credibilidade, que isso vai cair lá no governo, né? Embora tenha o pessoal que falsifique esses boletos, né? Mas Eu Acredito que sim.</i>
Confiança na restituição do valor	<i>Sim, com certeza é se a gente for pegar hoje o modo como o tributo ele é recolhido, ele vai diretamente para uma conta da união vinculada e retirar esse tributo dali é somente com autorização legislativa é, ou seja, vai ser por uma lei ou decreto que vai regulamentar para onde que ele vai. Muitas vezes essa falsa sensação de que 'Ah, eu não estou vendo o meu tributo'. Ela é voltada muito mais para a questão de como ele é de fato aplicado na ponta.</i>

Fonte: Elaboração própria (2024).

Categoria 17: Reforma Tributária e Expectativas

Há ênfase na necessidade da reforma e expectativas positivas com as mudanças propostas. Alguns entrevistados discutem a transparência da reforma, a importância de legislações complementares e a preocupação com a aplicação efetiva dos recursos. Além disso, destaca-se a incerteza em relação ao impacto econômico e o desejo de uma avaliação prática e empírica da reforma. Alguns entrevistados demonstram falta de informações detalhadas sobre a reforma, indicando que não acompanharam de perto os detalhes do processo.

Quadro 16. Reforma Tributária e Expectativas

Subcategorias	Exemplos
Ausência de informações detalhadas sobre a reforma	<i>"Eu não cheguei a ler para ver o que realmente vai acontecer, mas espero que seja uma mudança positiva."</i>
Percepção da complexidade da reforma	<i>"A expectativa até então não é boa, é baixa, porque o que tenho visto é que vai aumentar ainda mais os impostos, as alíquotas vão ser maiores."</i>
Dúvidas sobre a eficácia da reforma	<i>"Eu tenho minhas dúvidas quanto à qualidade dessa reforma. Não sei se foi realizada pela pessoa mais capaz possível no momento."</i>
Percepção de benefícios nas mudanças propostas	<i>"Tem coisas boas, como tributar iates, lanchas e jatinhos. Vai reduzir o imposto sobre medicamentos e combustíveis, o que espero que diminua os valores que temos que pagar."</i>
Percepção da importância da reforma	<i>"A tributação que tem hoje em dia é muito alta, não é justa. Ela precisa ser feita. A reforma vai simplificar a vida do comerciante, especialmente das grandes indústrias."</i>
Esperança de melhorias após a implementação da reforma	<i>"Eu tenho expectativa sim. Acredito que tem alguns benefícios, e acho que seja mais eficiente."</i>
Avaliação da transparência nas mudanças propostas	<i>"A ideia é que ela seja mais transparente. A princípio, vejo com bons olhos."</i>
Ênfase na necessidade de legislações complementares	<i>"Ainda dependemos de muitas legislações complementares para dar efetividade a essa reforma."</i>
Incerteza sobre como as mudanças afetarão a economia	<i>"A expectativa até então não é boa, é baixa, porque o que tenho visto é que vai aumentar ainda mais os impostos, as alíquotas vão ser maiores."</i>

Preocupação com a aplicação efetiva dos recursos públicos	"A gente sabe que tem alguns setores que têm as suas particularidades que foram beneficiados, mas na maioria é o maior IVA do mundo, que nos deixa também um pouco preocupados com a prestação de serviço do estado brasileiro."
Desejo de uma avaliação prática e empírica da reforma	"A princípio, vejo com bons olhos, mas precisamos fazer uma experimentação dela através do período de transição para conseguir sermos mais empíricos com essa reforma tributária."

Fonte: Elaboração própria (2024).

Categoria 18: Fontes de Informação sobre a Mudança da Legislação

Percebe-se o uso de mídias tradicionais, redes sociais e plataformas online, plataformas profissionais, falta de conhecimento, pesquisas online, estímulo para pesquisa por redes sociais, acompanhamento de informações pela TV e utilização de fontes diversas para uma compreensão profunda. As respostas variam, indicando que os entrevistados obtiveram informações por meio de diversas fontes, incluindo tanto canais tradicionais quanto plataformas digitais. Essas diferentes abordagens revelam a multiplicidade de canais pelos quais as pessoas buscam informações sobre mudanças na legislação, indicando uma tendência crescente de recorrer a plataformas online e redes sociais para se manterem atualizadas. Além disso, a diversidade de fontes reflete a importância de uma abordagem abrangente para compreender as mudanças legais.

Quadro 17. Fontes de Informação sobre a Mudança da Legislação

Subcategorias	Exemplos
Jornais e televisão	"Seria por jornal mesmo que é noticiado às vezes, site de notícia, ou. Algumas vezes, dá para outra televisão também."
Anúncios pela TV	"Essa legislação foi anunciada pela TV, pela rede Globo, chamadas diretamente do Congresso Nacional."
Uso da internet em geral	"Pela internet em geral, acompanhando pessoas do mercado."
Utilização de múltiplas fontes para entendimento	"Verifico todas as medidas nos tribunais de justiça comum e federal. Recebemos avisos quando há mudança de legislação."
Redes Sociais	"A primeira vez que eu vim falar sobre a mudança da legislação foi através do LinkedIn e vi em reportagens também. Busquei vídeos no YouTube."
Redes Sociais	"Vi uma publicação no Instagram. Preciso procurar saber mais sobre o assunto, é interessante."
Pesquisas na internet	"Eu pesquisei um pouco mais a respeito em reportagens e alguns vídeos no YouTube explicando."

Fonte: Elaboração própria (2024).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse trabalho foi verificar a percepção dos contribuintes brasileiros sobre a tributação no Brasil. Para tanto, realizou-se um referencial teórico sobre a tributação no Brasil, com breve histórico, explanando sobre o tema sob a visão de autores renomados que contribuem para abordagem do tema. Desse modo, o referencial teórico fundamentou a análise dos dados

coletados via entrevistas semiestruturadas efetivadas com onze entrevistados, respaldada ainda com análise qualitativa, referencial metodológico.

Sobre a reforma tributária vimos que ainda é pouco conhecida pelos contribuintes em sua maioria, o que indica necessidade de o Poder Público disseminar melhor as propostas de melhorias com a alteração do sistema, haja visto que o conhecimento sobre o sistema poderá transmitir segurança para os contribuintes, até mesmo esclarecer dúvidas sobre o sistema de recolhimento atual.

Contribuindo com os estudos da ciência administrativa foi possível desenvolver e iniciar análises relacionadas a categorias e subcategorias sobre a percepção dos contribuintes brasileiros sobre a tributação no Brasil, estas que poderão ser utilizadas como subsídios para futuros estudos, ou ainda desenvolvimento de trabalhos complementares que sigam esta linha de pesquisas.

Como limitação desta pesquisa, ressalta-se que mesmo identificando algumas categorias e subcategorias que contribuem para análise das percepções dos contribuintes brasileiros sobre a tributação no Brasil, existem outros fatores, como familiares, sociais ou culturais que podem exercer alguma influência no comportamento e percepção do público. Diante disso, como a metodologia empregada foi qualitativa, explorar de forma quantitativa considerando outras categorias e subcategorias se torna importante.

Já no âmbito gerencial este estudo pode contribuir para que o poder público entenda as possibilidades de melhoria no sistema tributário nacional, principalmente em se fazer entendível com os contribuintes e população em geral, seja fortalecendo os processos e sistemas de arrecadação e aplicação tributária, seja buscando alternativas que transmitam maior credibilidade e reduza a insegurança dos contribuintes.

Outro ponto essencial é a necessidade de políticas públicas que envolvam a disseminação da importância da alfabetização tributária desde a infância, no intuito de que futuros adultos consigam gerir e entender melhor sobre a necessidade da arrecadação para manutenção e funcionamento das atividades públicas municipais e estatais.

Vimos que as redes sociais estão presentes na busca por informações, bem como canais de televisão e jornais, se mostrando como alternativas válidas para o fomento das informações. O portal da transparência, apesar de já conhecido e citado por muitos também se mostra como necessário na divulgação da funcionalidade e formas de uso. Muitos contribuintes não citam o portal do Governo como consulta válida e confiável, que mostra uma lacuna na transmissão da informação para o público contribuinte.

Por fim, como sugestão para trabalhos futuros, aconselha-se analisar como os meios de comunicação se fazem eficazes e eficientes na apresentação de informações para a sociedade contribuinte de forma geral.

Aos administradores que atuam em atividades de apoio e desenvolvimento nas atividades públicas estatais relacionadas aos tributos, destacasse a necessidade de fomento das informações relacionadas com uma linguagem de fácil interpretação e entendimento para todos os públicos contribuintes e sociedade em geral.

REFERÊNCIAS

ALM, J. What is an "optimal" tax system? **National Tax Journal**, Washington, v. 49, n. 1, p. 117-33, 1996.

AVARTE, P. R.; BIDERMAN, C. **Economia do setor público no Brasil Rio de Janeiro**: Elsevier, 2004.

BALTHAZAR, Ubaldo Cezar. **História do Tributo no Brasil**. v.1. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

BELL, J. Projeto de pesquisa: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BOAVA, F. M. F. M.. O tipo ideal de estratégia: um estudo fenomenológico em um arranjo produtivo local moveleiro. 2012. 291 p. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2012

BOTELHO, Jeferson. **Cultura da Licidade. Um salto de qualidade no Sistema Correcional em Minas Gerais**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/72870/cultura-da-licitude-um-salto-de-qualidade-no-sistema-correlacional-em-minas-gerais/6>. Acesso em 23 de novembro de 2022.

BRASIL. **Lei de Improbidade Administrativa de 1992**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm. Acesso em 12 de novembro de 2023.

COSTA, Jorge Alcides. **História da tributação: do Brasil-colônia ao Imperial**. In: SANTI, Eurico Marco Diniz. Curso de Direito Tributário e Finanças Públicas. 1ª Ed. São Paulo: editora Saraiva, 2008.

DOMINGOS, Salete de Oliveira. **A função social do tributo sob o enfoque do princípio da dignidade da pessoa humana**. 2013. 174 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/6346>. Acesso em abr/2023.

ELKIN, B. Auditing tax expenditures, or spending through the tax system. **International Journal of Government Auditing**, Washington, v. 16, n. 1, p. 7-16, 1989.

FLICK, U. Introdução à pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GODOY, A. S., Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In **Revista de Administração de Empresas**, v.35, n.2, Mar./Abr. 1995a, p. 57-63.

GURGEL, Claudio; JUSTEN, Agatha. **Estado de bem-estar social no Brasil: uma revisão ou a crise e o fim do “espírito de Dunquerque”**. Cadernos EBAPE.BR [online]. 2021, v. 19, n. 3, pp. 395-407. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395120200033>. Acesso em abr/2023.

LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 9 ed. São Paulo: Método, 2006.

LIMA, Emanuel Marcos; REZENDE, Amaury Jose. **Um estudo sobre a evolução da carga tributária no Brasil: uma análise a partir da Curva de Laffer**. *Interações* (Campo Grande) [online]. 2019, v. 20, n.1, pp. 239-255. Disponível em: <<https://doi.org/10.20435/inter.v0i0.1609>>. Acesso em: abr/2023.

MARTINS, Ives de Gandra da Silva. **Uma teoria do Tributo**. Ed. Quarter Latin. São Paulo:2005.

MASSA, Alexandre. **Manual Tributário**. São Paulo:Saraiva,2020.

MENDES, Gilmar Ferreira. et al. **Curso de Direito Constitucional**. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2015. p ,47.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Carga Tributária Bruta do Governo Geral chega a 33,90% do PIB em 2021**. Brasília, 2022. Disponível em: [https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2022/abril/carga-tributaria-bruta-do-governo-geral-chega-a-33-90-do-pib-em-2021#:~:text=Em%202021%2C%20a%20Carga%20Tribut%C3%A1ria,2020%20\(31%2C76%25\)](https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2022/abril/carga-tributaria-bruta-do-governo-geral-chega-a-33-90-do-pib-em-2021#:~:text=Em%202021%2C%20a%20Carga%20Tribut%C3%A1ria,2020%20(31%2C76%25).). Acesso em: abr/2023.

MONTEIRO, W. B.; MALUF, C. A. D. **Direito Civil: Direito das Obrigações**. 1 Parte. 40ª edição. Editora Saraiva 2016.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. **Curso de Direito Financeiro**. 2 Ed. São Paulo. Revista dos Tribunais. 2008.

OLIVEIRA, Reinaldo C. **Carga Tributária: um estudo sobre o sistema tributário no Brasil**. 75 p. Monografia. Universidade do Sul de Santa Catarina. Palhoça, 2019. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/8036/1/Carga%20Tribut%C3%A1ria%20Um%20Estudo%20sobre%20o%20Sistema%20Tribut%C3%A1rio%20do%20Brasil.pdf>. Acesso em: abr/2023.

RODRIGUES, R.S.A.; BENDLIN, L.; PEREIRA, M.T.; SENFF, C. O. Carga Tributária Brasileira: um estudo de percepção comparativo. **Sustainable Business International**

Journal. Set. 2019. Disponível em: [file:///C:/Users/c058838/Downloads/28472-Texto%20do%20Artigo-128556-1-10-20191001%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/c058838/Downloads/28472-Texto%20do%20Artigo-128556-1-10-20191001%20(1).pdf). Acesso em: abr/2023.

SANTOS. Rodrigo Vargas. **Direito Administrativo do Medo e o apagão das canetas.**2021.Disponível no Site Solicita.com.br

SILVA, Enio M. O Estado Democrático de Direito. **Revista de Informação Legislativa**, ano 42 n. 167 jul./set. Brasília, 2005. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/42/167/ril_v42_n167_p213.pdf. Acesso em: abr/2023.

SILVA. José Afonso da. **Comentário Contextual à Constituição.** 6 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

SOBEL, R. S. Optimal taxation in a federal system of governments. **Southern Economic Journal**, Stillwater, v. 64, n. 2, p. 468-85, 1997.

SCHÜTZ, A. **Fenomenologia del mundo social:** introducción a la sociologia comprensiva. Buenos Aires: Paidos, 1972.

TIPKE, Klaus; YAMASHITA, Douglas. **Justiça Fiscal e Princípio da Capacidade Contributiva.** São Paulo: Malheiros, 2002, p. 15.

TORRES, Ricardo L. **Tratado de Direito Constitucional Financeiro e Tributário.** Valores e Princípios Constitucionais Tributários. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Renovar. 2014

VICENTE, Paulo. ALEXANDRINO, Marcelo. *Direito Administrativo Descomplicado.* 15 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2008.